

BATIFOULIER, P.; LARQUIER, G. de. De la convention e de ses usages. In: BATIFOULIER (Orgs). *Théorie des conventions*. Paris: Economica, p. 7-31, 2001.

BESSY, C.; FAVEREAU, O. Institutions et économie des conventions. *Cahiers d'économie politique*, v. 1, n° 44, p. 119-164, 2003. Disponível em <<http://www.cairn.info/article>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BIENCOURT, O. et al. L'économie des conventions: l'affirmation d'un programme de recherche. In: BATIFOULIER (Org). *Théorie des conventions*. Paris: Economica, p. 193-118, 2001.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification - les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BOUDON, R. *Dictionnaire critique de la sociologie*. Paris: PUF, 1982. Disponível em <http://classiques.uqac.ca/collection_methodologie/boudon_raymond.htm>. Acesso em: 19 mar. 2010.

CASTORIADES, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CHASERNANT, C.; THÉVENON, O. Aux origines de la théorie économique des conventions: *prix, règles et représentations*. In: BATIFOULIER (Org). *Théorie des conventions*. Paris: Economica, p. 35-61, 2001.

DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003b.

FAVEREAU, O. *Préface*. In: BATIFOULIER, P. (Org). De la convention et de ses usages. *Théorie*

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1987.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1964.

LACERDA, N.; MORIM, J. Mercado imobiliário informal de habitação na Região Metropolitana do Recife. In: ABRAMO, P. (Org.). *Mercado imobiliário informal, a porta de entrada nas favelas brasileiras*. Porto Alegre: Antac, p.112-139, 2009.

THÉVENOT, L. *L'action au pluriel - sociologia des regimes d'engagement*. Paris: Éditions la Découverte, 2006.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Ed. Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ZAOUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

MINERAÇÃO, PAISAGEM E CULTURA: O CASO DE ÁGUAS CLARAS E NORD-PAS DE CALAIS

Flávio de Lemos Carsalade¹
Sabrina Maria de Lima Accioly²

RESUMO

Este artigo analisa as interfaces existentes entre a atividade de mineração, a paisagem e a cultura, buscando compreender a dinâmica e a importância desse encontro para o momento atual, quando a atividade de mineração vem aumentando seus impactos. A análise dessa interface, no âmbito deste artigo, é realizada por meio da apresentação e comparação de dois estudos de caso: a Mina de Águas Claras, empreendimento muito representativo para a atividade minerária situada no município de Nova Lima, pertencente ao vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e a região francesa de Nord-Pas de Calais, recentemente reconhecida como Paisagem Cultural da Humanidade pela Unesco.

¹ Doutor em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) (2007) e Mestre pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1997), tem atuado na área como professor e pesquisador da Escola de Arquitetura da UFMG, além de ser autor de livros como *Arquitetura: interfaces e Pampulha*. Atualmente é diretor da Escola de Arquitetura da UFMG.

² Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Escola de Arquitetura da UFMG (2012) e especialista em Tecnologia Ambiental pela Escola de Engenharia da UFMG (2009), atua como arquiteta urbanista na Fundação Estadual do Meio Ambiente (2006). Trabalhou na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e na Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Mineração; paisagem cultural.

ABSTRACT

This article analyses the relationship between the mining activities, landscape and culture in order to understand the dynamic and the importance between the meeting of these concepts for the present moment, when the mining increases their impacts. In this article, the analyses is made through the comparison between two study cases: the first one, the Aguas Claras Mine, located at the City of Nova Lima, Belo Horizonte's Metropolitan Region and the French Region of Nord-Pas de Calais, recently recognized as Humanity's Cultural Landscape by UNESCO.

Key words: Mining; cultural landscape.

INTRODUÇÃO

A atividade mineradora não causa impactos apenas ao meio ambiente, como é de mais usual reconhecimento. Na realidade, ela apresenta grande potencial de alteração das relações existentes no espaço; quer na sua paisagem, quer nos eixos socioeconômicos e culturais. Da pesquisa de avaliação dos potenciais da mina ao pós-fechamento, a atividade apresenta resultados muito diferenciados, acarretando em diferentes formas de impacto nessas relações.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 já reconhece que a mineração é uma atividade de alto impacto ambiental, que pode atingir tanto o bioma quanto a qualidade do solo e do ar, os recursos hídricos e a segurança e saúde de seus trabalhadores, além das relações territoriais e de identidade local. Esse reconhecimento pode ser percebido no art. 225, § 2º, onde se exige a recuperação do meio ambiente degradado pela atividade de mineração, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente. Apesar dessa obrigatoriedade, as questões socioculturais não são explicitamente indicadas na legislação, o que faz com que o meio ambiente seja o único alvo das compensações legais. Acresce-se a essa lacuna a

dificuldade de se lidar com o setor face à importância econômica que a atividade possui atualmente.

Essas características ressaltam ainda mais em Minas Gerais, onde a mineração, pelo seu potencial para o setor e para a história do estado, faz confrontar variadas expressões e relações culturais decorrentes da atividade minerária, comunidades tradicionais, uso do solo, construção de identidades e valores, importância paisagística – remanescentes ambientais de alta relevância para a preservação, bem como áreas de recarga hídrica e aquíferos. Ressalta-se que a relação do estado com a atividade está tão emaranhada na história, cultura, urbanidade e identidade de Minas Gerais que a própria formação de suas cidades foi fortemente influenciada pela atividade.

Tudo isso faz com que, no caso de Minas Gerais, a própria identidade do estado tenha uma de suas bases mais fortes na atividade de extração mineral. A mineração conformou a paisagem mineira, pois foi ela que atraiu os movimentos bandeiristas de exploração de seu território e foi por meio dela que se formaram seus primeiros núcleos urbanos.

Assim, se por um lado os impactos no espaço natural no ciclo do ouro foram sua transformação em núcleos urbanos, por outro – e também pela escala maior da natureza da exploração minerária (o chamado *ciclo do ferro*) – trazem outros tipos de impacto nas cidades e no meio ambiente. Sob a ótica da influência gerada por grandes empreendimentos e o uso do solo, a paisagem se submete a grandes alterações, mais visíveis e impactantes e que efetivamente alteram as relações territoriais.

Esse quadro demanda incisivamente a reflexão da interface que a atividade exerce na paisagem, com as relações culturais, os valores e a identidade, em um momento de aceleração da extração mineral e de maior consciência social sobre o território e os valores culturais. Assim, a requalificação de espaços degradados, a melhoria do impacto visual, paisagístico e ambiental sobre as cidades mineradoras e o desenvolvimento e a proposição de novos usos para essas áreas são

reflexões que merecem ser mais bem estabelecidas. Tais questões devem necessariamente considerar as características endógenas do lugar e as aspirações das comunidades envolvidas, vislumbrando a melhoria da qualidade ambiental e urbana. Aqui, a paisagem também contribui para a formação de valores e cultura locais, para a consolidação da identidade e para o bem-estar do homem, sendo, portanto, portadora de uma herança natural e cultural, constituindo um recurso para atividades econômicas, de gestão e planejamento (LANG et BLASCHKE, 2009).

PAISAGEM CULTURAL E SUAS RELAÇÕES COM AS ATIVIDADES MINERÁRIAS

O entendimento sobre o conceito de *paisagem* é muito amplo e tem assumido uma série de diferentes apropriações. Desde sua compreensão inicial, ligada aos estímulos sensoriais como cena pitoresca, ele vem ganhando maior abrangência, não sendo caracterizado simplesmente como paisagem visual, mas incorporando uma série de significados que indicariam seu caráter como sendo, por exemplo, natural, cultural, urbano ou rural.

O conceito com que trabalhamos neste artigo, entretanto, ultrapassa essas classificações de cenário ou de caracterização geográfica e compreende qualquer paisagem que ganhe significado para o homem e seu grupo cultural, seja ela natural ou construída, visto que é o grau de relação que se estabelece entre ela e sua apreensão subjetiva ou, melhor, intersubjetiva, que conta, fazendo com que mesmo uma paisagem natural também possa ser considerada paisagem cultural. Este é um entendimento que encontra suporte em vários autores contemporâneos que, como Pereira Leite (2006) e D. W. Meinig, interpretam a paisagem como já sendo uma projeção da relação entre homem e natureza, aproximando-se, portanto, ao conceito de paisagem cultural aqui adotada. Nas palavras de Pereira Leite (2006, p. 15), "falar em paisagem é fazer referência, simultaneamente, ao urbano e ao não urbano, ao social e ao natural, a todas as feições do território construído e apropriado". No entendimento de D. W.

Meinig *apud* Castriota (2009, p. 129), "toda paisagem é composta não somente daquilo que está à nossa vista, mas também daquilo que se encontra em nossas mentes".³ Tudo isso nos indica que a abordagem plena desse conceito demanda uma definição no espaço e no tempo e que tal conexão sujeito-objeto leva à necessidade de contextualização da análise da paisagem cultural, uma vez que é resultado da sobreposição de memórias, histórias, acontecimentos, narrativas, identidades e valores (cultural).

Tal constatação nos conduz a um segundo aspecto importante ligado ao conceito de *paisagem cultural*, o qual também trabalhamos neste artigo: o de que ela não é algo estático, congelado no tempo, como um cartão-postal, mas, antes, é o resultado de uma interação constante entre os grupos humanos e o território, em produção dialética e constante de significados, com a particularidade de que esses significados não são novos, produzidos a partir de uma tábula rasa, mas se encontram profundamente dependentes de sua condição contextual anterior.

A apreensão da paisagem cultural, portanto, deve ser considerada a partir da especificidade dos valores que lhe são atribuídos, considerando os diversos elementos que a compõem e a constante evolução dos padrões e valores que refletem. É assim que, amalgamados ao conceito, encontram-se inúmeros atores e agentes sociais que exercem influência na configuração da paisagem e que refletem o imaginário social e os padrões vigentes. Ainda, para Pereira Leite (2006),

[...] não são apenas as empresas, o capital internacional ou o Estado que produzem a paisagem por meio de uma organização espacial que atenda a seus interesses diretos, mas também a população a produz, pelo uso que faz, ou deixa de fazer, dos objetos urbanos contidos no lugar (PEREIRA LEITE, 2006, p. 12).

A relação que se constrói com a paisagem é, portanto, a expressão de valores e da evolução histórica e territorial de uma sociedade,

³ "[...] any landscape is composed of not only what lies before our eyes but what lies within our heads." Traduzido por Castriota (2009).

fazendo com que ela se configure como a própria imagem da sociedade que a formou. Pereira Leite (2006) destaca que as formas que constituem a paisagem são internas às práticas da sociedade e representam modalidades intrínsecas do comportamento social. Essas formas, quando se tornam obsoletas, geram a perda daqueles valores ou do seu sentido para a sociedade, distanciando-se das novas práticas estabelecidas. Isso nos instiga a ficar atentos à percepção dessa movimentação e ressalta a importância do recorte e da compreensão temporal no processo de apropriação da paisagem.

Segundo Lang e Blaschke (2009), a paisagem incorpora aspectos que designam o cotidiano e as características que são valoradas por critérios predefinidos de forma subjetiva e perceptiva, jurídica ou científica, entre eles a multiplicidade, a particularidade e a beleza. Esses autores destacam que tais estruturas da paisagem se exprimem em conjunto, em uma imagem, sob a ótica da percepção, mas não se reduzem a ela. Essa experiência, além das nuances subjetivas e individuais, é constituída por uma sociedade em constante transformação. É notório, portanto, que a paisagem exerce influência sobre a qualidade de vida e sobre a construção cultural.

Se as transformações do tempo se fazem exercer sobre a percepção intersubjetiva do território, este por sua vez também não responde homogeneamente à dinâmica temporal. Certas regiões são mais ou menos utilizadas, dependendo do momento histórico em que se encontram, e respondem diferentemente às modernizações, nem sempre cristalizando usos antigos e nem sempre abrigando novas racionalidades. (SANTOS et SILVEIRA, 2011, p. 13).

Se assim for, o conceito com que trabalhamos aqui pode ser entendido como um elemento transversal que, se bem utilizado, coloca-se como um importante instrumento para a busca de valores que sirvam de base para a efetivação de políticas públicas. Entender a paisagem como processo é reconhecer as possibilidades que ela oferece de pensar essas relações no tempo

e no espaço, de entender o mundo, seu sistema de referências e seu processo de representação (SANTOS, 1994, *apud* PEREIRA LEITE, 2006). Nesse sentido, a paisagem se referencia ao social, ao natural e à historicidade do lugar, quer dizer, a todas as feições do território construído e apropriado, urbano e não urbano. O entendimento das relações existentes no espaço — isto é, a conformação do território com a mescla de inúmeros interesses, apropriações e conflitos associados à sobreposição de diversos momentos históricos — pode facilitar a proposição de políticas públicas mais sensíveis — consequentemente mais adequadas —, as quais, por sua vez, vão influenciar na estruturação da nova paisagem. Tal processo se apresenta, portanto, como elemento ativo na evolução dos valores e da identidade locais baseado nas apropriações socioculturais do espaço, o qual, na sua dinâmica integrada e integradora, combina harmonicamente causas e consequências.

A questão que se enfrenta hoje em dia envolvendo paisagem cultural e mineração resulta, conforme esboçado na introdução deste artigo, nas características da exploração minerária como ela vem se exercendo. Vale examiná-la sob três de suas principais características: sua escala de impactos, sua única preocupação em apenas recompor o meio ambiente físico na estrita acepção da lei e sua “exclusão” territorial.

Quanto à escala de seus impactos, pelas tecnologias hoje aplicadas, o resultado com relação às paisagens é a devastação, isso para não falarmos dos aspectos de contaminação e degradação do meio ambiente durante a operação das minas e até mesmo na etapa de pós-fechamento. A recuperação ambiental e recomposição da paisagem, claro, nunca são completas, visto ser impossível o retorno ao que se tinha antes da atividade; portanto, seria muito mais honesto trabalhar na perspectiva de criação de novas paisagens em bases consensuadas e socialmente construídas. É nesse sentido que se nota que a estrita observância legal não é suficiente para contemplar plenamente o problema da recomposição da paisagem, ainda mais se entendemos, pelo exposto, que ao falarmos de paisagem não estamos nos referindo

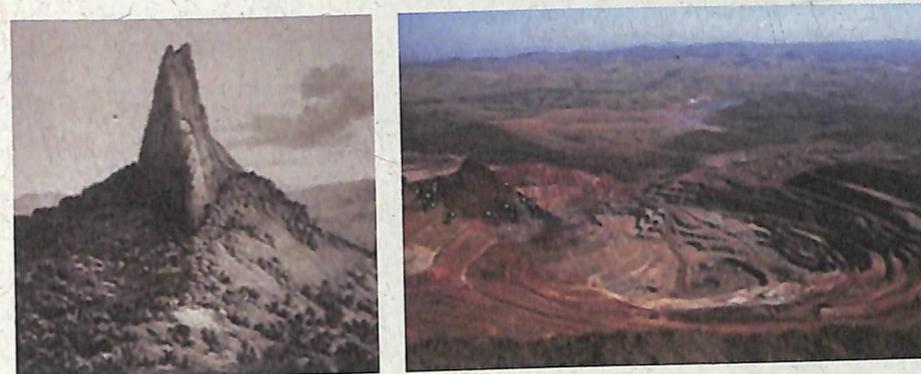
apenas ao objeto natural, mas também às relações socioculturais nela inseridas e dela decorrentes.

A exploração mineral e sua atitude de “recuperação” são bastante coerentes com um posicionamento de deliberada exclusão do meio físico e social onde se instalam as minas. Não que as mineradoras não interajam com as cidades onde se instalam – o que, de resto, seria impossível, pois necessitam da mão de obra local e da boa vontade de seus governantes –, porém, a relação não se baseia em uma atitude biunívoca de diálogo e de construção conjunta, mas antes a direção das atitudes é sempre das mineradoras para as sociedades, naquilo que elas pensam ser adequadas; dificilmente a direção contrária, das sociedades para as mineradoras, é considerada. Exemplos desse fechamento são a resistência a debates amplos sobre as minas, o fechamento das atividades de visitação – quase uma ocultação – e a despreocupação quanto à inclusão dos territórios minerários em planos físico-territoriais locais e regionais – objetivando-se apenas a maximização dos lucros nas atividades pós-fechamento de minas, na busca de uma “segunda safra”, muitas vezes ligadas a empreendimentos imobiliários desconectados com planos diretores municipais (os quais, por sua vez, apenas identificam as áreas como “manchas de áreas em mineração”, sem outra classificação estratégica ou destinação objetiva). Essa realidade foi muito marcada no vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), onde era muito comum, na década de 1990, o predomínio de projetos de loteamento residencial como proposta de uso futuro. Costa (2003) critica esse padrão, já saturado, considerando que há um “[...] grande estoque de lotes existentes no mercado, o que provocou a substituição dessas tipologias por uma nova indústria do consumo da natureza e da cultura”, tão característica de grandes intervenções e propostas de revitalização urbana no mundo.

Especificamente no caso de paisagens com valor de patrimônio cultural, as estratégias de maximização de lucros muitas vezes resultam em reduções até “caricatas”, depreciadoras dos bens, como se pode verificar na mineração em torno do Pico do Itabirito, tombado pelo Patrimônio Estadual de Minas Gerais,

onde a montanha que delicadamente fazia surgir a pedra de cume se transformou em uma paisagem devastada com uma pequena ponta natural.

Figura 1: Pico do Itabirito antes e depois da implantação do complexo minerário



Fonte: PARANHOS, 2012.

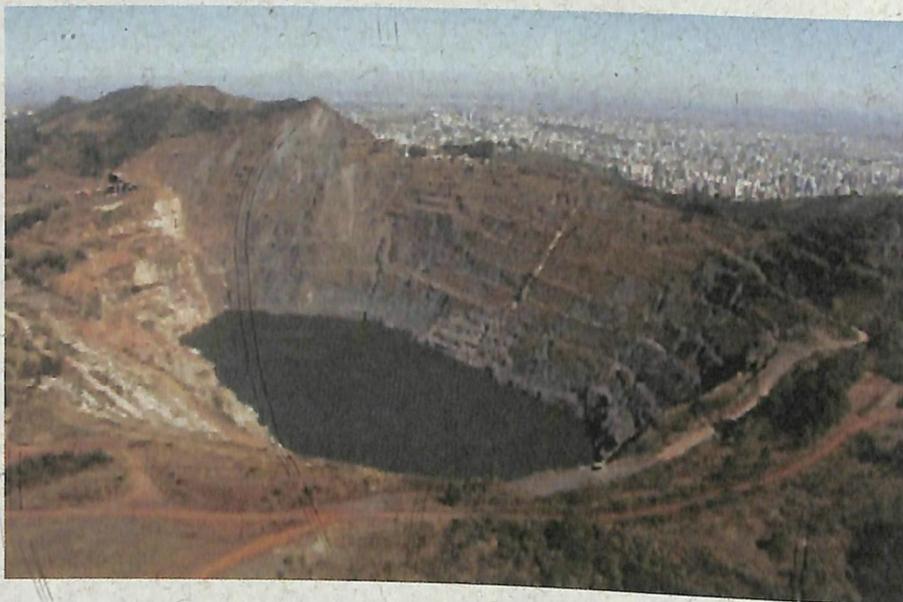
A MINA DE ÁGUAS CLARAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PAISAGEM CULTURAL DE BELO HORIZONTE

A Mina de Águas Claras pode ser considerada um exemplo emblemático da complexa relação que a atividade minerária pode construir com o território, nas mais diversas escalas. Localizada na RMBH, no vetor sul, a mina encontra-se na porção sul da Serra do Curral, unidade geológica que, além de fazer parte do Quadrilátero Ferrífero, formação muito rica em minério de ferro e um dos polos de mineração mais importantes do Brasil, é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)⁴ e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) como conjunto paisagístico. Em 1995, foi eleita símbolo de Belo Horizonte. Além disso, está ao lado de bairros nobres na cidade e em condomínios de Nova Lima. Para se ter uma real dimensão, sua cava a céu aberto (Figura 02) dista somente 500 m do Parque das Mangabeiras e 14 km do centro da

⁴ A sua inscrição foi feita no Livro do Tombo Número Um (Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), em 21 de setembro de 1960.

capital mineira. Além destas, outras referências são vitais para a compreensão das relações territoriais que se estruturam com Águas Claras: além da existência da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Mata do Jambreiro, a mina encontra-se no Quadrilátero Ferrífero e no vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Essas confluências demandaram grande cuidado durante a operação da mina e também nas etapas de fechamento, de monitoramento e no pós-fechamento, conforme colocado no Plano de Fechamento da Mina de Águas Claras (MBR; BRANDT, 2001).

Figura 2: Cava de Águas Claras, em processo de enchimento. Ao fundo, Belo Horizonte.



Fonte: BRASIL; MINAS GERAIS, 2005.

A Mina de Águas Claras foi a principal operação da antiga empresa Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), que a explorou entre as décadas de 1970 e 1990 e chegou a produzir 14 milhões de t de minério de ferro por ano, considerando os granulados e os finos (BRASIL; MINAS GERAIS, 2005).

Desde a década de 1940, a atividade de mineração se faz presente na região, o que provocou inclusive a alteração topográfica e

altimétrica da Serra do Curral. Ferreira (2003) elenca as primeiras áreas mineradas nas proximidades da Serra do Curral, a saber: Acaba Mundo (dolomitos, na década de 1940), Taquaril (minério de ferro, na década de 1950), Barreiro e Cercadinho (minério de ferro, na década de 1960) e Mangabeiras (minério de ferro, em 1970).

Águas Claras foi considerada a primeira grande operação mineral do País, representando um marco para a indústria mineral brasileira graças ao seu porte industrial para a época e suas características, como a excelente qualidade dos produtos e a aplicação de tecnologias inéditas para a mineração de ferro no Brasil. Como exemplos, podemos citar a aplicação de computador para fins de desenhos geológicos, além da otimização computadorizada de cavas, no sequenciamento de lavra pela via estacionária e geoestatística, o que garantiu estabilidade na produção e extensão da vida da mina (BRASIL; MINAS GERAIS, 2005).

Em 2001, foi protocolado um Plano de Fechamento da Mina de Águas Claras (PFMAC) pela mineradora Vale. O planejamento do seu fechamento foi dividido em três fases (MBR; BRANDT, 2001, *apud* ACCIOLY, 2012):

- Fase 1: Descomissionamento e Obras - Encerramento da atividade mineral, fechamento de mina, descomissionamento industrial e aplicações de engenharia para reabilitação da área.
- Fase 2: Estabilização Ambiental - Pós-fechamento, monitoramento e verificação da estabilidade física, biológica e socioeconômica.
- Fase 3: Monitoramento e Manutenção - Transferência de custódia, manutenção continuada.

O PFMAC contempla, portanto, etapas de manutenção e monitoramento no pós-fechamento, além de prever várias atividades e programas de gestão. Para cada fase do seu fechamento, estão previstos programas e procedimentos definidos especificamente para cada estrutura da gleba, ou seja, para cava, pilha de estéril, encostas, barragens, áreas industriais e entorno.

O Zoneamento do Uso Futuro da gleba foi um dos principais produtos do PFMAC e foi elaborado com base nos seguintes elementos:

- Divisão da área da mina em setores e subsetores.
- Estabelecimento de critérios técnicos abordando aspectos do meio físico, biológico e antrópico que indicam restrições e aptidões aos usos.
- Definição das zonas de uso, com base nos critérios técnicos e ambientais de aptidão.

De acordo com o PFMAC, os usos potenciais consideram a tipologia da ocupação do entorno e estão voltados principalmente para segui-la e/ou complementá-la, entendendo que a vocação da gleba são usos no segmento de serviços e comércios, residencial e de lazer. Foi delimitado um macrozoneamento da gleba, classificando-a como área de uso intensivo, área de uso extensivo e uso de conservação e preservação. O Quadro 1 apresenta uma visão geral do parcelamento da gleba considerando as áreas da mina.

Quadro 1: Síntese dos usos propostos por áreas da mina de Águas Claras

Espaço da Gleba	Área (ha)	Porcentagem (%)	Usos
RPPN	912,00	44,1	RPPN
Lago	67,00	3,2	Integrado à paisagem
Área a ser parcelada	193,81	9,38	Uso misto urbano
Área remanescente	893,19	39,62	Propriedade da Vale
Total	2.066,00	100,00	

Fonte: ACCIOLY, 2012.

Podemos perceber que a proposição da mineradora visa ao parcelamento de 9,38% da gleba, abrigando diversos usos urbanos, tais como hotelaria, comércio e serviços, ensino e pesquisa, residencial, entre outros.

O PFMAC sugere, pela importância que a mina possuiu durante sua operação, em termos de inovação tecnológica e marco na indústria mineral, o destaque histórico das suas atividades, a preservação da sua memória, do seu patrimônio industrial e geológico. Isso seria feito por meio da implantação de um museu mineiro-industrial na área, além de promover atividades de cunho didático, visto que a área possui formações e dados geológicos locais que podem ser visualizados *in situ* em taludes e mapas diversos, sendo aberto ao público em geral e a instituições de ensino. Certamente, isso destacaria a importância do Quadrilátero Ferrífero, conhecido e estudado mundialmente por ser um marco histórico e econômico do Estado.

No entanto, a área apresenta um alto grau de complexidade em termos de interfaces com o território e com a paisagem. Como foi dito, a região possui uma série de elementos, imbuídos de grande carga simbólica e importância ambiental e econômica, representados pela Serra do Curral, RPPN da Mata do Jambeiro, e a ocupação urbana do vetor sul. Esses aspectos, como serão brevemente apresentados, constroem uma relação conflituosa e de grande tensão, uma vez que se voltam para interesses antagônicos por vezes.

No entanto, a Serra do Curral é um elemento natural que exerce grande impacto visual em Belo Horizonte, compondo a própria paisagem da cidade e participando do imaginário da capital e do próprio Estado. Trata-se de um elemento paisagístico que se estende desde a divisa dos municípios de Raposos, Sabará e Nova Lima, a leste, até a divisa dos municípios de Ibirité e Brumadinho, a oeste. Constitui-se no principal elemento do patrimônio natural e cultural da região e sofre influência direta do empreendimento. Ampliando a compreensão do seu valor cultural e paisagístico, podemos considerá-la como o

marco geográfico mais representativo da RMBH. O reconhecimento da Serra do Curral não somente como símbolo de Belo Horizonte, mas também como patrimônio paisagístico, demonstra a sua valorização como marco simbólico, urbano e paisagístico, como a expressão do imaginário coletivo para os habitantes de Belo Horizonte. Ferreira (2003) destaca que

[...] sua proteção busca assegurar o continuum da história da cidade, ou seja, a continuidade das relações, constantemente reinterpretadas entre o ser humano e seu meio, processo no qual se dá o enraizamento e a consolidação da territorialidade naquele lugar – fundamental para que [ele] se reconheça e ali se oriente (FERREIRA, 2003, p. 54).

Entretanto, em 21 de maio de 1973, o Conselho Consultivo do Iphan reexaminou seu processo de inscrição e alterou seu perímetro de tombamento, abrangendo uma faixa de largura de 1.800 m, sendo a cota 1.250 m, compreendendo uma área de 1.257.115 m². Segundo Ferreira (2003), a configuração final da área tombada pela União excluiu a porção da escarpa da Serra do Curral situada ao fundo do Parque das Mangabeiras, possibilitando, assim, a realização de atividade de extração mineral em sua face sul, no município de Nova Lima. Por causa disso, a implantação de empreendimentos minerários nessa porção da Serra promoveu o rebaixamento de forma irregular da sua crista original, atingindo 110 m de alteração altimétrica.

As duas vertentes da Serra desenvolveram, desde então, conotações, valores e usos opostos. Apesar de a vertente norte também ter abrigado empreendimentos minerários, a Serra abriga uma ligação simbólica forte com a cidade, a qual se relaciona inclusive com o traçado urbano, exercendo forte influência na organização espacial proposta por Aarão Reis⁵. Essa relação e diferenciação são observadas claramente no perímetro de tombamento, que não incluiu a vertente

⁵ Ferreira (2003) descreve inúmeras funções da Serra do Curral no processo de planejamento de Belo Horizonte. A Serra não se limitara ao aspecto bucólico de contemplação e embelezamento paisagístico da cidade, mas também exercia o papel de barreira física contra os ventos frios do sul e quentés do norte, de proteção dos mananciais e referência paisagística. A representação cartográfica da cidade é direcionada para a Serra, sendo referência espacial para toda a cidade. A Avenida Afonso Pena, que corta a porção central da cidade no sentido norte-sul, contrapõe-se à serra, que se posiciona no sentido leste-oeste.

sul. Essa atitude ambivalente com relação à Serra pode ainda causar outros sérios impactos territoriais, visto que a porção voltada para Nova Lima, como já apresentada, é área de expansão urbana e abriga a construção de grandes empreendimentos imobiliários, que poderão causar impacto a essa paisagem e também a aspectos ligados à mobilidade, à gestão urbana e ao uso do solo com relação à cidade de Belo Horizonte (ACCIOLY, 2012).

A RPPN da Mata do Jambreiro representa um importante remanescente da Mata Atlântica, cuja área é de 912 ha e que, curiosamente, é resultado da proposição da antiga MBR. A área é muito rica em termos de biodiversidade, com mais de 400 espécies de grande importância para a flora, como o jacarandá, a peroba, o jequitibá, o pau-de-óleo, o cedro, o ipê, a braúna e as canelas. A área também exerce importante papel na recarga de mananciais, possibilitando a manutenção de nascentes que abastecem alguns córregos locais (MBR; BRANT, 2001).

Sobre a questão do uso do solo, o entorno de Águas Claras se segmenta pela marcante presença de loteamentos urbanos e atividade de mineração. Se por um lado a região é muito valorizada em termos da expansão urbana, por outro o município de Nova Lima é muito caracterizado pela intensa presença de minas de ferro e ouro. O curioso é que ambas as tipologias de empreendimento demandam grandes áreas para sua realização, o que claramente resulta em conflito quanto ao uso do solo. Agravando a questão, a região é de grande importância ecológica e é caracterizada como altamente prioritária para a conservação da flora e fauna e para a recuperação ambiental. Esse embate quanto ao uso do solo gera, também, elevada vulnerabilidade natural ao município de Nova Lima.⁶ Para Costa (2003), o uso do solo da região representa uma

[...] conflituosa coexistência entre áreas de preservação e mineração; entre a propriedade fundiária altamente concentrada nas companhias mineradoras e a proliferação de lançamentos imobiliários residenciais de acesso controlado; entre as necessidades de planejamento de

⁶ Segundo informações do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas Gerais.

longo prazo dos zoneamentos ecológico-econômicos das áreas de proteção ambiental e o imediatismo do marketing urbano (COSTA, 2003, p. 159).

De certa forma, a atividade mineradora exerce pressão contrária à expansão urbana e ocupação generalizadas, mas, concomitantemente, contribui para manter elevado o valor da terra nos espaços urbanizáveis (COSTA, 2003). Entretanto, lembramos que boa parte das áreas de condomínio pertence a mineradoras e essa concentração de terra pode significar, futuramente, um fator indutor quanto à elaboração das proposições de uso futuro dos empreendimentos atualmente em operação. A baixa diversidade quanto ao uso do solo enfraquece as relações territoriais e a vitalidade urbana.

Fica claro, portanto, que o entorno do empreendimento apresenta elementos diversificados, mas também muito conflitantes em termos de uso. Há importantes elementos paisagísticos, culturais e ambientais em contraposição à pressão da urbanização intensa e à verticalização do solo, bem como à forte presença da atividade mineradora. O contexto territorial de Águas Claras é extremamente atrativo para os mais diversos tipos de empreendimentos, em especial no aspecto econômico, uma vez que o valor da terra na região é elevado. Essa amplitude com relação às possibilidades de uso futuro inevitavelmente pode assumir caráter altamente transformador da paisagem e das relações territoriais com os elementos apresentados do entorno, o que destaca a importância do planejamento territorial e regional.

A compatibilização das diversas escalas de influência é fundamental, uma vez que Águas Claras possui grande potencial para a contribuição do desenvolvimento local e regional, principalmente pela sua localização, devendo ultrapassar meros interesses e usos especulativos e de pequenos grupos. A questão da definição do uso futuro para áreas como Águas Claras é muito complexa justamente pelo grau de interação que permite e, ao mesmo tempo, pelo confronto de interesses e possibilidades. Importante lembrar que, por mais que uma área seja propriedade privada, o uso do solo em áreas urbanas

não deve se limitar ao cumprimento legal, buscando, efetivamente, os preceitos da política urbana do direito à cidade e da real gestão participativa. Os elementos que se colocam no entorno possuem grande carga cultural, histórica, ecológica e socioeconômica, que devem ser compreendidas e compatibilizadas ao máximo. A relação entre a mineração e o território deve ser avaliada, e a compreensão da sua dinâmica, aprofundada, assim como o reconhecimento da herança minerária que o Estado de Minas Gerais possui.

A BACIA MINERÁRIA (*BASSIN MINIER*) DE NORD-PAS DE CALAIS (NPDC) COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

No mês de julho de 2012, ao mesmo tempo que a cidade do Rio de Janeiro recebia o reconhecimento da Unesco como Paisagem Cultural da Humanidade, a região da Bacia Minerária de Nord-Pas de Calais também recebia a mesma honraria. Trata-se de uma vitória significativa da região francesa, que apostou na cultura como forma de reabilitação territorial. Face às questões que examinamos neste artigo, o caso serve perfeitamente para esclarecer algumas indagações sobre as várias facetas de valoração da paisagem e a relação construída com atividades de alto impacto, como a mineração.

Se até o começo do século XIII na França a extração do carvão vegetal era utilizada em complementação ou substituição à da madeira, é verdadeiramente no século XVIII que a exploração transforma sua escala e se torna uma atividade industrial nas regiões do Nord e depois Pas de Calais, com profundas e significativas alterações na paisagem a partir especialmente do século XIX, quando a bacia dessa região fornecia a metade da produção francesa. Mais precisamente a partir de 1842, data da descoberta do filão de carvão em Oignies, considerado marco inicial da extração monoindustrial intensiva na região, desenvolveu-se uma nova organização territorial caracterizada por um espaço fortemente urbanizado, densamente povoado, polarizado por diferentes minas, mas desprovido de uma centralidade real.

As empresas minerárias privadas se multiplicaram com as concessões, o que acabou por causar uma explosão demográfica localizada, com mais de 4 milhões de habitantes concentrados em somente 12.400 km², conforme censo de 2006. A característica principal dessa densa urbanização em todo o Arco Minerário foi o estabelecimento de duas áreas urbanas, uma metrópole regional e inúmeras ligações, geradas pelas necessidades das produções industriais na ex-bacia minerária, espaço esse hoje caracterizado por uma continuidade espacial de zonas urbanizadas.

Em 1946, nas reestruturações do pós-guerra, as concessões de mineração foram nacionalizadas, o que acabou por resultar na criação de uma empresa nacional, a Charbonnage de France⁷, provocando uma mudança de rumo fundamental da atividade, com consequências importantes sobre a bacia minerária e sua reconversão. Nos anos 1960, com o aumento da consciência do planejamento territorial na França e também com a redução da produção mineral local, começam a surgir reflexões sobre a evolução do tecido industrial e a reconversão, inicialmente dentro de grupos de trabalho informais e posteriormente sistematizadas na DATAR⁸, os quais se dirigem para os assentamentos urbanos a serem desenvolvidos e os espaços industriais a serem reabilitados. Em 1967, é então criada a SOFIREM, uma sociedade financeira de reconversão, a qual tinha como uma de suas missões o estudo dos projetos de desenvolvimento industriais de Nord-Pas de Calais. Ao longo dos anos 1980, com o crescimento da energia elétrica de origem nuclear e com o término dos últimos contratos exploratórios junto à Charbonnage de France, chegam ao fim os últimos poços de NPDC então em atividade: era o fim de uma história minerária intensiva de um século e meio que havia deixado profundas cicatrizes na paisagem; uma depreciação territorial, além de núcleos urbanos desestruturados e desintegrados.

A exploração, com efeito, resultou em sequelas físicas importantes, não apenas com relação à poluição dos solos, mas especialmente com relação ao tema que tratamos aqui, com a criação de uma

7 A Charbonnage de France foi dissolvida em 1º de janeiro de 2008 depois de 60 anos de atividades.

8-DATAR: Délégation à l'Aménagement du territoire et à l'Action Régionale (Delegação para o Arranjo do Território e Ação Regional, criada em 1963).

trama urbana inteiramente voltada para a atividade minerária e pela presença de edifícios industriais nas suas franjas, os quais, pela sua desativação, tornaram-se verdadeiros fosses sem uso. Além disso, a interrupção da atividade mineradora ensejou o aparecimento de um desemprego em massa, a degradação do hábitat tradicional dos mineiros (as cidades minerárias) e um problema geral de atratividade territorial. A realidade resultante aponta para uma continuidade urbana particularmente densa da Região Metropolitana de Lille em direção à antiga bacia minerária, com uma grande dificuldade de aparecimento de novas centralidades urbanas. Apesar dos esforços de reconversão (notadamente econômicos) e de recuperação ambiental, as graves deficiências até hoje subsistem, na forma de um desenvolvimento social insuficiente, uma segregação social agravada, uma reconversão cultural excessivamente lenta e uma periurbanização notável, as quais impulsionam os problemas de coesão territorial e de articulação da bacia minerária com a metrópole de Lille.

A solução francesa para o problema se fundamentou sobre dois pilares: uma forte presença estatal no planejamento e na gestão da reconversão do território e a incorporação do passado industrial minerário à história e ao imaginário local, valorizando-o em vez de lamentá-lo.

A reconversão na bacia minerária foi facilitada pela importante participação do poder público na questão da propriedade: a titularidade fundiária se deslocou para o setor público diretamente após a nacionalização das minas e, em seguida às grandes leis de descentralização de 1982-1983, a região de NPDC e o Estado francês induziram fortemente as coletividades locais, com significativos investimentos a reabilitar seus ociosos imóveis industriais. Alguns deles facilmente revalorizáveis, especialmente aqueles em meios urbanos, foram rapidamente reciclados, mas este não foi o caso de vazios minerários que apresentavam problemas ambientais maiores. Para remediar a situação, foi criado, em 1990, o Etablissement Public Foncier du NPDC (Instituto Fundiário Público de NPDC), empresa pública responsável pela estratégia e operação fundiária cuja

primeira missão seria a requalificação de grandes sítios industriais e minerários abandonados em função do término de suas atividades.

A valorização do passado minerário culminou com a construção da candidatura da bacia minerária de NPDC como paisagem cultural evolutiva de valor excepcional e universal para a Unesco. A estratégia abrigava várias ações coordenadas de revalorização local em substituição à imagem deprimente de um espaço econômico e socialmente degradado e, embora parecesse incongruente atribuir um valor patrimonial a essas paisagens industriais em processo de formação, baseava-se em antecedentes ocorridos na própria Europa – recentes, é verdade, e só possíveis em função do alargamento da noção de patrimônio, antes restrito a construções monumentais pré-industriais. Na Europa Ocidental, a preservação do patrimônio industrial foi um dos elementos-chave das estratégias de desenvolvimento e de reabilitação dos territórios do norte da Inglaterra nos anos 1980 que conduziram, em 1986, os sítios do Vale de Ironbridge, em Shropshire, à classificação de patrimônio mundial (BAILONI, 2008, p. 6). Além da região inglesa e simultaneamente da região de Nord-Pas de Calais, a região belga de Wallonie se apresenta ao título de patrimônio cultural mundial por meio de um dossiê para a classificação de quatro sítios emblemáticos de sua história minerária e industrial, em que, por exemplo, se localiza o sítio de Grand Hornu près de Mons, onde se abriu em 2002 o Musée des Arts Contemporains (MACs), que associa, de maneira muito parecida àquela que veríamos ocorrer no caso de NPDC, valorização patrimonial e atividade cultural.

Como já se sabe muito bem, o setor cultural se presta muito bem a certas estratégias de desenvolvimento local, muito úteis para a sua renovação física, econômica e social (BAILONI, 2008, p. 2), especialmente quando combinam patrimônio e indústria cultural. No caso da bacia minerária de NPDC, foi após o fechamento da última mina em Oignies que se multiplicaram as iniciativas sólidas de conservação e de valorização do patrimônio mineiro, ao mesmo tempo que ocorria a mobilização para medidas jurídicas de proteção de sítios, notadamente os classificados como Monumentos Históricos (KOURCHID et MELIN, 2002, p. 42).

O valor patrimonial da herança mineral de NPDC se define segundo os critérios da paisagem cultural evolutiva. A candidatura da Bacia Minerária de Nord-Pas de Calais leva em consideração essa bacia como uma estrutura orgânica global que se distingue por sua continuidade e sua homogeneidade, e não como uma coleção de sítios ou de monumentos individuais. Fruto de uma combinação de fatores – geográficos, históricos, técnicos e políticos –, a Bacia Minerária de Nord-Pas de Calais é representativa de uma bacia industrial minerária em sua história e em seu desenvolvimento: presença de um jazigo mineral, inovações técnicas, evolução de modos de transporte, legislações nacionais, determinação de empresários e poder do capital, gestão de mão de obra. Associada ao conjunto desses fatores, a constante organização da exploração – poços-escórias-cidades operárias –, a qual verdadeiramente revela no espaço a atividade industrial de carvão sobre uma grande extensão: 120.000 ha (texto extraído do dossiê de candidatura realizado pela Mission Bassin Minier).

O bem cultural proposto para inscrição representa uma superfície de 3.943 ha sobre 87 *communes* (Figura 3), circundados por uma zona-tampão de 18.804 ha que se instala sobre 124 *communes*. Dentro desse perímetro, encontramos elementos patrimoniais de várias naturezas, como cidades minerárias, edifícios religiosos,

Figura 3: Perímetro proposto à Unesco.



Fonte: Atlas interactif du patrimoine, Mission Bassin Minier.

vestígios de construções das atividades preexistentes (notadamente aqueles ligados à extração), montes de entulhos ou as "cavaleiras" (caminhos de ferro destinados ao transporte de minério). A primeira zona se apresenta como área de preservação, e a zona tampão tem a função, sobretudo, de garantir a coerência da paisagem mineira, preservando sua qualidade.

O dossiê de candidatura da bacia minerária apresenta, ainda, um plano de gestão em que o incremento do turismo surge como importante eixo de desenvolvimento e onde o Museu do Louvre-Lens é importante pilar não apenas para o movimento turístico, mas também para a coesão do dossiê. A iniciativa de instalação desse equipamento cultural segue a tendência mundial de utilização de grandes equipamentos museológicos com projetos audaciosos como instrumento de renovação urbana, revitalização econômica e de desenvolvimento social, unindo a atividade a mudança de imagem. Cita-se, nessa vertente, o caso do Museu Guggenheim, na cidade de Bilbao, o Museu do Design de Essen e o Baltic, o museu de arte contemporânea instalado em uma antiga fábrica de moagem no cais de Tyne, entre Newcastle e Gateshead. O caso de Newcastle é particularmente interessante por se tratar também de uma área de forte presença de equipamentos industriais e que, como se pretende em Lens, criou um polo cultural, patrimonial e turístico muito atrativo e uma nova centralidade urbana. No caso de Lens, no entanto, a relação de escala entre a nova centralidade e a extensão da área é muito maior que a de Newcastle, o que dificulta a garantia de mesmo sucesso. Entende-se que a força polarizadora do Louvre deve ser complementada com uma ênfase à criação de uma estrutura espacial que permita uma tessitura territorial em rede desses sítios e equipamentos. Estudos de 2007 apontam que o sucesso do projeto passa por duas condições prévias: seu caráter coletivo (a sinergia de todos os atores do território da bacia) e sua apropriação pelos habitantes de modo a estimulá-los a uma coconstrução do projeto, apesar da taxa elevada de desemprego, dos salários baixos e da formação insuficiente que a caracteriza.

O sítio escolhido para a implantação do Louvre em Lens não poderia ser melhor: bem no coração do perímetro proposto para

a classificação da Unesco, em uma área minerária desativada de 20 ha, parcialmente reconvertido em zona urbana nos anos 1980. Os novos braços do Louvre, por sua vez, respondem a uma decisão do governo francês de democratização cultural por meio da descentralização dos grandes equipamentos culturais parisienses e seu uso para projetos de reabilitação. A chamada de 2003, realizada pelo ministro da Cultura e da Comunicação, apresentou a cidade de Lens como vencedora entre seis cidades candidatas, como uma forma de reconhecimento pelo Estado francês de um território que muito contribuiu para seu desenvolvimento industrial, além, é claro, de seu potencial estratégico de desenvolvimento regional e reforço à candidatura junto à Unesco.

O que torna o projeto Bassin Minier de NPDC bastante interessante é mesmo sua estratégia de gestão. Trata-se de uma concertação muito bem urdida entre objetivos claros e envolvimento de atores adequados, com uma forte presença do Estado. Do setor público, apresentam-se o Estado, a cidade de Lens e o Museu do Louvre. A Communauté d'Agglomération de Lens-Liévin (CALL) se viu encarregada pela Région NPDC, cofinanciadora com participação de 60% do custo total e líder do processo de construção, além de possuir a missão de assegurar a regularização fundiária dos terrenos destinados a acolher o futuro museu, a qual foi levada a termo em 2007, dispendendo um total de 7,2 M€ para indenizar e reassentar os desapropriados. Em 4 de dezembro de 2010, data da colocação da pedra inaugural, foi criada a Établissement Public de Coopération Culturelle (EPCC) de Louvre-Lens, uma instituição pública constituída pela associação do Conseil Régional de NPDC, do Conseil Général du Département de Pas de Calais, da CALL, da cidade de Lens, do Museu do Louvre e do Estado francês, dentro da organização e do financiamento do equipamento cultural do qual se constitui o projeto Louvre-Lens.

O projeto do edifício que vai abrigar o Louvre em Lens foi escolhido em concurso público internacional – que selecionou o escritório Sanaa como vencedor – e responde a uma deliberada vontade de se afastar do estilo arquitetural clássico e monumental da sua sede

parisiense, no sentido de criar um edifício menos imponente e mais integrado ao sítio.

Figura 4: Museu do Louvre-Lens.



Fonte: (Maquete: © Sanaa / Imrey-Culbert / Catherine Mosbach, vista: © Iosis-References-Batiments).

Complementa a concertação de atores, a associação Euralens, que agrupa as *communes*, as duas aglomerações de Lens-Liévin e de Hénin-Carvin, suas *communautés* de respectivas aglomerações, bem como o Département du Pas de Calais e a Région NPDC, que ocupa a presidência. A Euralens congrega também os atores do mundo econômico, por meio de seus representantes da Câmara de Comércio e Indústria de Lens e a Câmara Regional de Comércio e Indústria, bem como os atores culturais e turísticos, de transporte e das universidades. Na busca de um “efeito Bilbao”, o projeto da Euralens possui três fundamentos principais. Em primeiro lugar, a transformação física do lugar, cuja renovação urbana tem a missão de inverter a imagem da terra minerada associada ao carvão e à poluição, substituindo-a pela imagem de cidade-jardim que valoriza o patrimônio natural e paisagístico. Em segundo lugar, fomentar a renovação econômica por meio de uma economia turística em Lens. E, em terceiro lugar, desenvolver os setores econômicos considerados chave, escolhidos em função das oportunidades econômicas da bacia minerária: cinco *clusters*, ou polos de atividades, estão sendo programados dentro dos setores de logística, de ecomateriais, da economia do esporte e, claro, da produção cultural e de centros de arte.

Em complementação, associam-se ao projeto Louvre-Lens outros projetos culturais e de mobilização social, como a associação Culture

Commune, formada, em 1990, por membros com mandatos eletivos e pessoas da sociedade civil para a criação de uma estrutura de desenvolvimento da cultura dentro da bacia minerária e, mais genericamente, do Departamento de Pas de Calais. Sua primeira ambição é a de estimular uma população pouco habituada aos espetáculos, às exposições e que não se reconhece no mundo da arte e da cultura. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que se apresenta com uma intenção de democracia cultural que consiste em coconstruir, localmente, dentro de cada *commune*, um desenvolvimento artístico e cultural concebido como auxiliar na transformação do território e que contesta a supremacia de uma cultura douda reservada às elites. Em 1999, com a instalação de sua sede em um lugar fortemente simbólico do passado minerário e industrial (a Base 11/19 de Loos-en-Gohelle, formada por 110 ha de escórias de antigos edifícios de exploração minerária e de caminhos de minas), ela ganhou evidência especialmente porque contribuiu para evitar sua destruição, antes que a base fosse finalmente inventariada (1992) e depois classificado como monumento histórico (2009).

ÁGUAS CLARAS E NORD-PAS DE CALAIS: PERSPECTIVAS DE UMA INTERFACE

A comparação entre os casos de Águas Claras e de Nord-Pas de Calais torna-se interessante para que dela se retirem algumas lições que podem ser aplicadas ao futuro das áreas mineradas brasileiras, especialmente àquelas cuja paisagem tem valor cultural ou que se avizinham de núcleos urbanos. Ambas possuem relação com a mineração, ainda que a primeira possua uma imagem destrutiva e a segunda, transformadora e construtiva.

As relações entre paisagem e mineração e suas interfaces com a questão cultural são muito evidentes no caso da Bassin Minier de NPDC. Ao contrário do que ocorrer quando se discutem os impactos negativos da mineração sobre as paisagens, o caso de NPDC utilizou a paisagem degradada como referência cultural, valorizando um passado minerário e utilizando-o como elemento de identidade e

orgulho nacional. Utilizou a paisagem associada a outras ações culturais estratégicas — como a criação do projeto *Mineiros do Mundo*, um amplo inventário das memórias dos mineiros em todo o mundo, mas iniciada na região —, apresentando-a como uma nova paisagem culturalmente referenciada e que era, ao contrário do que se fazia anteriormente, impossível de ser negada, porque se apresentava real aos olhos de todos. Ao valorizar pilhas de estereis e antigas fábricas sem valor arquitetônico evidente, processou uma curiosa mudança de atitude, de aceitação das alterações que a atividade gerou e de transformação positiva dos passivos herdados. Não é uma estratégia a ser universalmente repetida nem se trata de uma prévia credencial à destruição da paisagem pela mineração, mas não deixa de apontar para uma situação conceitual estimulante: a de que a paisagem ganha valor cultural mesmo que transformada. Cabe a nós, em nossos casos específicos, discutir os limites dessas transformações e cuidar para que a relação cultura local-mineração ganhe os contornos apropriados a cada caso. Afinal, não podemos esquecer que o ciclo do ouro em Minas Gerais, apesar dos grandes contingentes populacionais que trouxe, das grandes transformações na paisagem e da expropriação de nossas riquezas, nos deixou uma herança de criação de novas cidades, belos aglomerados urbanos, renovação cultural e grandes obras de arte, cujos exemplos mais notáveis são nossas igrejas barrocas. A pergunta que podemos nos fazer, hoje, seria sobre qual o legado que nos deixa o ciclo do ferro ou, até mesmo antes de inquirir sobre o futuro, quais são as relações culturais — para não falar das socioeconômicas — que hoje se estabelecem entre comunidades e mineração. Será que a atividade constrói uma relação positiva com o urbano atualmente? Até que ponto são incorporados benefícios aos municípios que a recebem e que preço são obrigados a pagar ao aceitar atividades tão intensivas e que retêm tanto lucro ao empreendedor? Até que ponto as relações territoriais devem ser transformadas em prol da instalação dessa atividade? Ou, então, como que a mineração pode deixar um legado realmente positivo em termos de transformação territorial e urbana, incorporando valores positivos em todas as suas etapas e propondo interações que, de fato, interajam e criem vínculo com o entorno, alavancando a região? Se no ciclo do ouro elas

serviram para abrir as Minas Gerais a outras várias culturas pela forte presença de gente de toda parte por aqui, se elas serviram para criar novas experiências artísticas e manifestações culturais originais, se elas serviram para fomentar ideias de liberdade, quais são as contribuições que hoje nos deixa a mineração?

Grande parte de nossas minas não está, como no caso francês, exaurida e já fechada. Ao contrário, a quantidade de minas em operação sugere ações preventivas e estratégias de interface com as realidades locais para que não se tornem passivos a serem resolvidos, quando então eles se apresentariam mais impactantes e com soluções ainda mais complicadas. A literatura especializada na questão de fechamento de minas já aponta para a necessidade de que essa questão seja abordada o mais precocemente possível e que se vislumbrem cenários futuros desde sua abertura, ainda que, é claro, esses cenários sofram ações corretivas por meio de monitoramento constante ao longo de sua vida útil.

Essa comparação demonstra, ainda, a necessidade do fortalecimento das instituições brasileiras frente à problemática de reconversão de áreas degradadas, da necessidade quanto à existência de instrumentos financeiros que possibilitem a reconversão desses territórios, da gestão democrática e participativa para a proposição de novos usos, com a aceitação e apropriação da população diretamente e, principalmente, do conhecimento aprofundado do território e o seu planejamento integrado. O planejamento dos territórios minerários deve ser construído como um instrumento de base para a busca do aprofundamento das diversas relações existentes, bem como dos conflitos, das tendências e dos interesses quanto ao uso do solo.

Sob qualquer forma — e esta é a grande lição que nos deixa o exemplo francês —, essas ações devem incorporar um acompanhamento muito próximo do Estado e se integrar às estratégias de desenvolvimento territorial para que se tornem efetivas e, mais que tudo, representem um necessário retorno social à exploração de suas riquezas e ao forte impacto que as atividades minerárias trazem consigo.

O adequado ordenamento territorial e planejamento sensibilizado do uso do solo talvez seja o principal fator para a garantia de qualidade de vida, segurança e qualidade ambiental, uma vez que são instrumentos que cruzam, analisam e espacializam as características físicas, ambientais, socioeconômicas e culturais de uma região.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, S. M. L. *Uso Futuro de Áreas Mineradas e o Meio Urbano: O Caso de Águas Claras*. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- BAILONI, Mark, 2008, *Quelle place pour le patrimoine dans le renouveau d'une région postindustrielle? Le cas du Nord-Est anglais*, *Revue Géographique de l'Est*, vol. 48, pp. 2-20.
- BODÉRE, Audrey. *Louvre-Lens: le Louvre autrement*, *CeROArt* [En ligne], 5 | 2010, mis en ligne le 14 avril 2010. Disponível em: <<http://ceroart.revues.org/1491>>. Acesso em: 02 mar. 2012.
- BOSREDON, Pauline ; CARSALADE, Flavio L. *Culture, patrimoine et développement métropolitain : les exemples du bassin minier du Nord-Pas de Calais (France) et du quadrilatère ferreux du Minas Gerais (Brésil)*. « Construire la métropole contemporaine » Dialogues Brésil - France (São Paulo, 28-30/03/2012)
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília: Senado Federal, Centro gráfico, 2003. 407 p.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia; MINAS GERAIS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *Projeto APA Sul: estudos do meio físico: mineração*. Belo Horizonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, 2005. v.2.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHAUTRAD, Guy ; ZUINDEAU, Bertrand. *L'enjeu d'une reconversion durable des territoires de tradition industrielle: l'exemple du bassin minier du Nord - Pas-de-Calais, Les populations des bassins d'industries lourdes*. Espace, populations, sociétés, cidade, número, mês, 2001, p. 325-339.

COSTA, H. S. de M. *Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte*. In: MENDONÇA, J. G. de ; GODINHO, M. H. de L. (orgs.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: Pucminas/Pronex/Observatório das Metrópoles, 2003.

FERREIRA, Maura Bartolozzi. *A proteção ao patrimônio natural urbano: estudo de caso sobre a Serra do Curral, Belo Horizonte/MG*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

Francis Meilliez, 1998, *Un exemple fructueux de développement non durable: le bassin minier Nord-Pas de Calais*. *Annales des mines, cidade, número, mês*, 1998, p. 53-60.

KOURCHID, Olivier; MELIN, Hélène. *Mobilisations et mémoire du travail dans une grande région: le Nord-Pas de Calais et son patrimoine industriel*. *Le Mouvement Social, cidade, n° 199, mês, 2002, p. 37-59*.

INSEE, 2011. *Les espaces du Nord-Pas-de-Calais : Trajectoires, enjeux et devenir*. *Dynamiques démographiques (fascicule 1), Les Dossiers de Profil, cidade, n°104, mês, 2011*.

LANG, Stefan; BLASCHKE, Thomas. *Análise da paisagem com SIG*. Tradução de Hermann Kux. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

LADOUCETTE, Philippe de. *Charbonnages de France et la société française*. *Annales des mines, cidade, número, mês, 2004, pp. 7-19*.

LAURENT, Bazin. *Patrimoine, mémoire, généalogie. Quelques considérations critiques*. *Revue Espaces Marx, cidade, n° 16-17, mês, 2001, p. 44-53*.

LUSSO, Bruno, 2010. *Culture et régénération urbaine: les exemples du Grand Manchester et de la vallée de l'Emscher*, *Métropoles* [En ligne], 8 | 2010, mis en ligne le 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://metropoles.revues.org/4357>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

LUSSO, Bruno. *Les musées, un outil efficace de régénération urbaine? Les exemples de Mons (Belgique), Essen (Allemagne) et Manchester (Royaume-Uni)*, *Cybergeo : European Journal of Geography* [En ligne], Espace, Société, Territoire, article 436, mis en ligne le 05 janvier 2009. Disponível em: <<http://cybergeo.revues.org/21253>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

MALPOT, Jean-Jacques (coord.). *Pauvretés et Territoires en Nord-pas-de-Calais*. Cidade: INSEE, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais. *Polo de Excelência Mineral e Metalúrgico. Dossiê de candidatura à Rede Mundial de Geoparks*. – Unesco: Proposta de criação do geopark Quadrilátero Ferrífero. Belo Horizonte, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Zoneamento ecológico-econômico do Estado de Minas Gerais. Disponível em: < <http://geosisemanet.meioambiente.mg.gov.br/zee/> > Acesso em: 25 jul. 2012.

MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS; BRANDT MEIO AMBIENTE. Plano de fechamento: Mina de Águas Claras. Nova Lima: Minerações Brasileiras Reunidas; BRANDT Meio Ambiente; dez. 2001. Relatório. v. 1.

PARANHOS, Renata Ribeiro Abreu. Recuperação de áreas degradadas pela mineração em regiões de interesse patrimonial. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PEREIRA LEITE, Maria Angela Faggiu. Uso do território e investimento público. 2006. GeoTextos, [Salvador], v.2, n. 2, 2006. p. 13-30. Disponível em: < www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/3037/2144 >. Acesso em: 28 jun. 2011.

PSC – Le Louvre-Lens. Le-Projet Scientifique et Culturel du Louvre-Lens. Cidade : Editora, 2008.

SANTOS, Milton; SIEVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 15ª. 2d. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SOLINIS, Germán. O que é o território ante o espaço? In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez. (org.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: Edufba, 2009, p. 264-289.

LOUIS-JOSEPH LEBRET E ANTÔNIO BEZERRA BALTAR: PLANEJAMENTO HUMANISTA NO BRASIL

Virgínia Pontual¹

RESUMO

Este artigo narra a atuação de Le Bret no Brasil, mostrando que ela foi marcada pelo estabelecimento de ações múltiplas e diversas, embora estejam destacadas aquelas que foram os pilares da prática de planejamento urbano e regional. A primeira estadia de Le Bret no Brasil foi em 1947; a partir de então, efetivam-se as primeiras ações que marcaram a sua atuação no País: o curso *Introdução à Economia Humana*, a fundação da Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (Sagmacs) e os estudos voltados à habitação e ao planejamento urbano e regional. Dentre aqueles que, ligados aos movimentos católicos, receberam as ideias de Le Bret, cabe referência a Antônio Bezerra Baltar. Entre esse engenheiro e Le Bret foram estabelecidas relações de amizade e de trabalho, que estão narradas; assim como a contribuição de Baltar para os estudos realizados pela Sagmacs. A narrativa está ordenada

¹ Doutora em História Urbana, professora da Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Com especialidade nos seguintes temas: Práticas Urbanísticas, Teorias de Urbanismo, Representações e Patrimônio Cultural. Orientações concluídas de doutorado e mestrado. Artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos de livros.